

170ª SESSÃO DO COMITÊ EXECUTIVO

Washington, D.C., EUA (sessão híbrida), 20 a 24 de junho de 2022

Tema 7.9 da agenda provisória

CE170/INF/9
14 de abril de 2022
Original: inglês

ESTRATÉGIA E PLANO DE AÇÃO PARA A SAÚDE URBANA: RELATÓRIO FINAL

Antecedentes

1. Em 2011, o 51º Conselho Diretor da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) adotou a Estratégia e Plano de Ação para a Saúde Urbana (Documento CD51/5) mediante a Resolução CD51.R4 (1-3). A Estratégia e Plano de Ação, que abrangia o período de 2011 a 2021, oferecia orientações aos Estados Membros sobre como enfrentar questões de saúde urbana, em particular as relacionadas aos determinantes da saúde, promoção da saúde e atenção primária à saúde. Além disso, procurou combater as iniquidades na saúde, abordar as necessidades das populações urbanas e se beneficiar de seus ativos por meio de políticas, programas e serviços para pessoas e comunidades que vivem e trabalham em meios urbanos.
2. O objetivo deste documento é informar aos Órgãos Diretores os resultados da implementação da estratégia e do plano de ação, utilizando evidências regionais e boas práticas documentadas pelos Estados Membros e pela Repartição Sanitária Pan-Americana (RSPA).

Análise do progresso alcançado

3. A Região das Américas é a região mais urbanizada do mundo, com cerca de 80% de sua população vivendo em cidades, mas continua sendo uma das regiões mais desiguais também. Neste contexto altamente urbanizado, as desigualdades intraurbanas são extremamente importantes (4); por exemplo, a diferença de expectativa de vida intramunicipal na Cidade do Panamá é de 9,8 anos para homens e 11,2 anos para mulheres, dependendo da área em que a pessoa vive. Na Cidade do México, esse diferencial é de 10,9 anos para homens e 9,4 anos para mulheres, enquanto em Buenos Aires chega a 4,4 anos para homens e 5,8 para mulheres (5).
 4. As cidades oferecem uma oportunidade importante para aplicar a abordagem de saúde em todas as políticas e gerar ações intersetoriais para abordar os determinantes sociais da saúde e reduzir as desigualdades. A proximidade física entre os governos e as comunidades é um fator essencial na capacidade de responder e fornecer soluções imediatas aos problemas locais e necessidades da comunidade.
-

5. Desde a adoção da estratégia e do plano de ação, a importância da saúde urbana se tornou mais reconhecida. Esse reconhecimento está expresso em compromissos globais e regionais, como: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (6) e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11, “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”; o Plano de Ação sobre Saúde em Todas as Políticas (7, 8); a Nova Agenda Urbana adotada em 2016 (9); a Declaração de Xangai sobre a Promoção da Saúde na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (10); o Consenso sobre Cidades Saudáveis 2016 (11); e a Estratégia e Plano de Ação para a Promoção da Saúde no Contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2019-2030 da OPAS (Documento CD57/10) (12), entre outros.

6. As cidades também se viram colocadas na vanguarda da pandemia de COVID-19, e o reconhecimento do papel dos governos locais no combate às emergências de saúde tornou-se ainda mais evidente. O impacto da COVID-19 no nível municipal não foi homogêneo. Afetou desproporcionalmente as populações em situação de vulnerabilidade com menor acesso a serviços básicos, como água e saneamento, moradia segura e acessível, trabalho decente, proteção social, etc. (13, 14). Portanto, as cidades precisam continuar a preservar a saúde e o bem-estar de seus habitantes e, principalmente, reduzir as iniquidades em saúde.

7. A RSPA prestou cooperação técnica e usou seu poder de convocação para fortalecer a ação em prol de cidades saudáveis nos níveis nacional e municipal. Essas ações incluem, entre outras: a revitalização do movimento Municípios, Cidades e Comunidades Saudáveis na Região; a iniciativa Parceria para Cidades Saudáveis; a iniciativa Cidades e Comunidades Amigas do Idoso; a campanha BreatheLife; e o Marco de Controle da Tuberculose nas Grandes Cidades (15). Além disso, foi dada especial atenção ao fortalecimento da governança local por meio do Projeto Mundial de Governança Urbana para Saúde e Bem-Estar (16) e da criação de evidências para ação por meio dos centros colaboradores da OPAS/OMS e do consórcio Saúde Urbana na América Latina (SALURBAL) (17), entre outros.

8. Para cada objetivo específico, uma breve análise do progresso será apresentada a seguir. A avaliação dos indicadores segue os critérios para classificação de indicadores de resultados imediatos e intermediários em nível regional, conforme apresentado no anexo B do adendo I ao Relatório da avaliação de fim do biênio do Programa e Orçamento da OPAS 2018-2019/Relatório final da implementação do Plano Estratégico da OPAS 2014-2019 (documento CD58/5, Add. I) (18).

Objetivo específico 1: Elaborar as políticas de saúde urbana

9. Muitas cidades da Região incluíram a saúde em sua agenda política e formularam políticas explicitamente visando a saúde urbana. A governança urbana para a saúde e o bem-estar aumentou em importância, e as ações nessa área foram fortalecidas. A pandemia de COVID-19 destacou a importância de trabalhar em prol da saúde e do bem-estar em todos os níveis de governo, bem como o papel fundamental que os governos urbanos e locais desempenham na abordagem de questões de saúde.

Objetivo 1.1: Elaborar as políticas de saúde urbana	
Indicador, linha de base e meta	Estado
Número de países com planos de desenvolvimento nacional e políticas no âmbito nacional e estadual, conforme o caso, que integrem a saúde e a equidade na saúde ao desenvolvimento urbano Linha de base (2011): 6 Meta (2021): 18	Superado. Até 2021, 21 países haviam incorporado a saúde aos seus planos e políticas nacionais, subnacionais e de desenvolvimento urbano (19). Por exemplo, países como Colômbia e México estão implementando um projeto de governança urbana para saúde e bem-estar. Além disso, países como Brasil, Canadá, Equador e México incluíram a saúde nas cidades em seus planos de desenvolvimento.

Objetivo específico 2: Ajustar os serviços de saúde urbanos para promover a saúde e melhorar a cobertura

10. Como parte da abordagem da atenção primária à saúde (APS) e da Estratégia para o Acesso Universal à Saúde e a Cobertura Universal de Saúde (20), a maioria dos países já incluiu, até certo ponto, um foco nos serviços de saúde de nível local em seus planos nacionais de saúde. As redes integradas de serviços de saúde, no âmbito da APS, têm um forte enfoque em levar a ação ao nível territorial para responder às necessidades das suas populações. Além disso, o novo modelo de atenção se concentra nas necessidades dos indivíduos, famílias e comunidades e dá ênfase à contribuição dos sistemas de saúde para a saúde e o bem-estar das pessoas em suas cidades e comunidades (21).

Objetivo 2.1: Ajustar os serviços de saúde urbanos para promover a saúde e melhorar a cobertura	
Indicador, linha de base e meta	Estado
Número de países com um Plano Nacional de Saúde e um plano de saúde infranacional, conforme o caso, integrando uma estrutura de equidade na saúde, levando em consideração os grupos vulneráveis Linha de base (2011): 6 Meta (2021): 25	Alcançado. Até 2021, 25 países haviam integrado a saúde urbana em suas agendas de planos nacionais de saúde, aprimorando a colaboração intersetorial e a participação da comunidade e utilizando intervenções baseadas em evidências.

Objetivo específico 3: Construir estruturas normativas e estratégias de governo participativas que promovam a saúde.

11. A OPAS e a OMS elaboraram várias diretrizes destinadas a ou que incorporam componentes para a promoção da saúde nas cidades, incluindo diretrizes sobre: poluição do ar, como a BreatheLife; urbanismo (22); cidades saudáveis (23); segurança viária (24); controle da tuberculose, como o Marco de Controle da Tuberculose nas Grandes Cidades (15); políticas públicas, como o marco de Saúde em Todas as Políticas (25); e resposta à COVID-19 (13, 26, 27). Além disso, o documento “Saúde em Todas as Políticas Urbanas” da OPAS/SALURBAL serviu como orientação sobre como as políticas urbanas que afetam os ambientes urbanos podem ser aproveitadas para construir cidades saudáveis e inclusivas (28).

Objetivo 3.1: Construir estruturas normativas e estratégias de governo participativas que promovam a saúde.	
Indicador, linha de base e meta	Status
Número de países que aplicam as diretrizes de saúde pública da OPAS para o planejamento urbano de saúde Linha de base (2011): 3 Meta (2021): 18	Excedida. Até 2021, 25 países haviam aplicado as diretrizes de saúde pública da OPAS para o planejamento urbano de saúde. Por exemplo: mais de 20 cidades na Região em 12 países haviam aderido à campanha BreatheLife, que mobiliza cidades e pessoas para diminuir a poluição do ar a níveis seguros até 2030. Adicionalmente, a iniciativa “Cidades Amigas de Idosos e Comunidades” da OMS está sendo implementada em mais de 50 cidades, sendo que 11 países na América Latina e no Caribe possuem pelo menos uma cidade ou comunidade ocupada com essa iniciativa.

Objetivo específico 4: Ampliar as redes nacionais e regionais para o desenvolvimento saudável

12. O movimento de Municípios, Cidades e Comunidades Saudáveis da OPAS (HMCC, na sigla em inglês) expandiu-se nos níveis nacional e subnacional. Destaques da atuação de prefeitos da América Latina incluem seu protagonismo na Declaração de Xangai para Cidades Saudáveis durante a 9ª Conferência Global sobre Promoção da Saúde em 2016 (10). Uma conquista importante para posicionar a saúde nas agendas municipais da Região foi a priorização da saúde como uma das principais preocupações da Federação Latino-Americana de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais (FLACMA) em 2019, motivada pela RSPA.

Objetivo 4.1: Ampliar as redes nacionais e regionais para o desenvolvimento saudável	
Indicador, linha de base e meta	Status
<p>Número de países com uma rede nacional de municípios saudáveis usando o Instrumental dos Municípios Saudáveis da OPAS nas comunidades com mais de 100 mil habitantes</p> <p>Linha de base (2011): 5 Meta (2021): 24</p>	<p>Parcialmente alcançado. O trabalho nesta área foi além da aplicação do Instrumental dos Municípios Saudáveis, rumo a um enfoque político para a governança urbana e à integração da saúde e do bem-estar nas agendas municipais.</p> <p>No total, 17 países têm redes de governos locais nacionais ou subnacionais que incluem saúde ou municípios saudáveis. Prefeitos das Américas reafirmaram seu compromisso com a promoção da saúde por meio de uma rede dinâmica e saudável de cidades, municípios e comunidades, conforme apresentado em vários fóruns regionais (29-30). Além disso, a FLACMA, cujos membros abrangem mais de 16.000 municípios da Região, comprometeu-se a incluir a promoção da saúde como elemento-chave de ação em suas agendas.</p> <p>No entanto, embora tenha havido progresso importante na Região, ainda há oportunidades para fortalecer o trabalho de saúde urbana no Caribe. Belize, Guiana, Haiti e Santa Lúcia já participaram do movimento Cidades Saudáveis, mas ainda há espaço para expansão.</p>

Objetivo específico 5: Fortalecer o conhecimento, a capacidade e a sensibilização para responder aos desafios emergentes em termos de saúde urbana

13. As capacidades dos governos locais para responder aos desafios emergentes de saúde urbana aumentaram significativamente ao longo dos anos, o que se acelerou durante a pandemia de COVID-19. Ações de capacitação apoiadas pela RSPA, tanto presenciais quanto virtuais, ocorreram em temas como saúde em todas as políticas, por meio de parceiros como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no Brasil, a Escola Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) no Chile e o Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP) no México. Os temas também incluíram habitação (31), entre outros. Particularmente relevante durante a resposta à pandemia de COVID-19 foi a realização de webinários de capacitação em colaboração com a FLACMA.¹ Além disso, a RSPA coproduziu o curso virtual “Making Cities Resilient” com o Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSCC, na sigla em inglês) e o Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres (UNDRR, na sigla em inglês) (32). Além disso, no contexto da pandemia de COVID-19, cidades da região produziram estudos de caso sobre sua resposta à emergência, como parte de uma iniciativa global facilitada pela UNOSCC e pela RSPA. A base de conhecimento sobre saúde urbana também aumentou graças a extensas pesquisas

¹ Por exemplo, a série FLACMA/OPAS de cinco webinários internacionais realizados entre 2020 e 2021.

sobre saúde urbana realizadas por parceiros como a SALURBAL (28) e os centros colaboradores da OPAS/OMS (33), entre outros. Em 2021, a Região das Américas foi a anfitriã virtual da Conferência Internacional sobre Saúde Urbana, organizada conjuntamente entre a SALURBAL, a Sociedade Internacional de Saúde Urbana e a RSPA, que proporcionou uma importante plataforma de intercâmbio entre líderes de cidades, acadêmicos e organizações internacionais sobre a saúde urbana.²

Objetivo 5.1: Fortalecer o conhecimento, a capacidade e a sensibilização para responder aos desafios emergentes em termos de saúde urbana	
Indicador, linha de base e meta	Estado
<p>Número de países com sistemas de vigilância que abrangem indicadores de saúde urbana</p> <p>Linha de base (2011): 4 Meta (2021): 15</p>	<p>Superado. Até 2021, 24 países haviam atingido o indicador de ter sistemas de vigilância que abrangem indicadores de saúde urbana. Além disso, muitos países contam com dados desagregados em nível local – em alguns deles, várias cidades incluem indicadores de saúde urbana.</p>
<p>Número de países que apliquem, às políticas, programas ou projetos nacionais ou municipais, as diretrizes e ferramentas para ação relacionadas a avaliações de impacto sanitário e/ou do impacto sobre a equidade na saúde</p> <p>Linha de base (2011): 3 Meta (2021): 15</p>	<p>Alcançado. Até 2021, 15 países haviam alcançado o indicador. Isso incluiu, por exemplo: a implementação da Innov8³ no Chile (34) e, mais recentemente, a implementação da Iniciativa Especial sobre Determinantes Sociais de Saúde e Equidade no Chile, na Colômbia, na Costa Rica, em El Salvador e no Peru; e a iniciativa Governança Urbana para Saúde e Bem-Estar na Colômbia e no México, que incluem a aplicação de ferramentas de avaliação de impacto da equidade em saúde em nível local. Além disso, uma ferramenta de priorização de problemas de saúde que considera os determinantes sociais da saúde e da equidade foi elaborada e aplicada em várias cidades. Por fim, a iniciativa Urban HEART continua a interessar a várias cidades da Região.</p>

² Vide 17th International Conference on Urban Health. Transforming our Collective Urban Future: Learning from COVID-19. Disponível em: <http://www.isuhconference.org/>.

³ A Innov8 é uma abordagem que visa a reorientar os programas nacionais de saúde para a integração da equidade e não deixar ninguém para trás.

Lições aprendidas

14. Desde 2011, o interesse pela saúde nas cidades cresceu significativamente. A saúde urbana foi incluída em novos marcos de referência, como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a Nova Agenda Urbana (9) desenvolvida pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) e a Estratégia e Plano de Ação para a Promoção da Saúde no Contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2019-2030 da OPAS (12), que tem uma linha estratégica específica sobre governança que abrange a saúde urbana. Durante esse mesmo período, as evidências sobre saúde urbana na Região também aumentaram e, com base nesses novos aportes, a ação em saúde urbana passou de um foco na liderança dos Ministérios da Saúde, conforme proposto nesta Estratégia e Plano de Ação, à ação liderada pelas cidades em si, com apoio dos Ministérios da Saúde.

15. A esfera municipal oferece boas oportunidades para aplicar a promoção da saúde e a abordagem dos determinantes sociais às políticas públicas, visando a melhorar a saúde e o bem-estar das pessoas, suas famílias e comunidades. Nesse contexto, a participação das comunidades no ciclo de formulação de políticas em nível local é essencial para a boa governança, a fim de melhorar a saúde e o bem-estar nas cidades. A ação em nível municipal também oferece oportunidades para acelerar as realizações da Agenda 2030 com foco na equidade.

16. A COVID-19 destacou a necessidade de trabalhar com os governos locais e seu papel fundamental na implementação de políticas públicas para a equidade, abordando os determinantes sociais da saúde e promovendo a participação da comunidade e da sociedade civil. A pandemia também destacou o papel fundamental dos governos locais na adaptação das medidas de saúde pública aos contextos locais e às necessidades específicas das populações em situação de vulnerabilidade. Além disso, a pandemia destacou a importância da coordenação entre os governos nacional, subnacionais e municipais, e agiu como catalisador para transformar as maneiras de abordar a saúde urbana. Isso incluiu a maneira como as questões de saúde são compreendidas e abordadas por setores que não o da saúde, no nível local.

Ações necessárias para melhorar a situação

17. Apresentam-se as seguintes ações para consideração dos Estados Membros:
- a) Reconhecer a posição crucial dos governos locais e urbanos para a implementação de um enfoque de saúde em todas as políticas, abordando os determinantes sociais da saúde e reduzindo as desigualdades em saúde.
 - b) Fortalecer a aplicação territorial da Agenda 2030, com oportunidades específicas para o ODS 3 e o ODS 11 nas cidades, por meio da boa governança em prol da saúde e do bem-estar, bem como para outros ODS relacionados à saúde.

- c) Aumentar a participação dos governos locais em mecanismos nacionais e internacionais de tomada de decisão a respeito de políticas que impactem a saúde e o bem-estar, a partir do reconhecimento do papel crítico que os governos locais desempenham na promoção da saúde e na resposta aos desafios da saúde, que se tornou ainda mais evidente durante a pandemia de COVID-19.
- d) Promover um melhor alinhamento entre os vários níveis e setores de governo para melhorar a saúde no nível municipal, com o apoio adequado dos Ministérios da Saúde.
- e) Fortalecer o compromisso e as capacidades no nível municipal para promover ações sobre os determinantes sociais da saúde por meio de ações intersetoriais, com participação ativa da comunidade e de organizações da sociedade civil.
- f) Promover o uso de ferramentas e metodologias para a incorporação dos determinantes sociais e da equidade nas políticas municipais.
- g) Fortalecer a geração de dados desagregados, com perspectiva de equidade, no nível local, para subsidiar a tomada de decisões com base em evidências.
- h) Expandir e fortalecer o movimento regional de HMCC apoiado pela RSPA.
- i) Criar plataformas e mecanismos para facilitar um intercâmbio fluido de experiências entre as cidades.
- j) Criar sinergias entre as redes existentes da OPAS e da OMS em matéria de cidades, como o HMCC, a Rede Global da OMS para Cidades Amigas do Idoso e a Parceria para Cidades Saudáveis, entre outras, para evitar duplicação de esforços e aumentar a eficácia nos níveis regional, nacional, subnacional e local.
- k) Melhorar a coordenação com outras agências da ONU, particularmente a ONU-Habitat, em torno das metas da Agenda 2030 sobre saúde e cidades.
- l) Continuar a implementação da Estratégia e Plano de Ação para a Promoção da Saúde no Contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2019-2030, para facilitar o apoio aos Estados Membros na continuidade de seu compromisso com a saúde urbana.

Ação pelo Comitê Executivo

18. Solicita-se que o Comitê Executivo tome nota deste relatório e apresente os comentários que considerar pertinentes.

Referências

1. Organização Pan-Americana da Saúde. Estratégia e plano de ação para a saúde urbana [Internet]. 51º Conselho Diretor da OPAS, 63ª Sessão do Comitê Regional; 26 a 30 de setembro de 2011; Washington, DC. Washington, DC: OPAS; 2011 (Documento CD51/5) [consultado em 25 de janeiro de 2022]. Disponível em: <https://www.paho.org/hq/dmdocuments/2011/CD51-5-p.pdf>.

2. Organização Pan-Americana da Saúde. Estratégia e plano de ação para a saúde urbana [Internet]. 51º Conselho Diretor da OPAS, 63ª Sessão do Comitê Regional; 26 a 30 de setembro de 2016; Washington, DC. Washington, DC: OPAS; 2011 (Resolução CD51.R4) [consultado em 25 de janeiro de 2022]. Disponível em: <https://www.paho.org/hq/dmdocuments/2011/CD51.R4-p.pdf>.
3. Organização Pan-Americana da Saúde. Estratégia e plano de ação sobre a saúde urbana: Revisão Intermediária [Internet]. 56º Conselho Diretor da OPAS; 70ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas; 23 a 27 de setembro de 2018; Washington, DC. Washington, DC: OPAS; 2018 (Documento CD56/INF/22-C) [consultado em 25 de janeiro de 2022]. Disponível em: https://www3.paho.org/hq/index.php?option=com_docman&view=download&category_slug=56-directing-council-portuguese-9966&alias=45878-cd56-inf-22-c-p-estrategia-pda-urbana-878&Itemid=270&lang=pt.
4. ONU-Habitat. World Cities Report 2020: The Value of Sustainable Urbanization [Internet]. Nairóbi: ONU-Habitat; 2020 [consultado em 25 de janeiro de 2021]. Disponível em: <https://unhabitat.org/World%20Cities%20Report%202020>.
5. Bilal U, Alazraqui M, Caiaffa W et al. Inequalities in life expectancy in six large Latin American cities from the SALURBAL study: an ecological analysis. The Lancet Planetary Health [Internet]. 2019 Dec; 3 (12): E503-E510. Epub 2019 Dec 10. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S2542-5196\(19\)30235-9](https://doi.org/10.1016/S2542-5196(19)30235-9).
6. Nações Unidas. Transformar nuestro mundo: la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible [Internet]. Septuagésima Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas; 21 de outubro de 2015; Nova York. Nova York: ONU; 2015 (Resolução A/RES/70/1) [consultado em 1º de novembro de 2021]. Disponível em: https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=S.
7. Organização Pan-Americana da Saúde. Plano de ação sobre saúde em todas as políticas [Internet]. 53º Conselho Diretor da OPAS, 66ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas; 29 de setembro a 3 de outubro de 2014; Washington, DC. Washington, DC: OPAS; 2014 (Resolução CD53.R2) [consultado em 25 de janeiro de 2022]. Disponível em: <https://www.paho.org/hq/dmdocuments/2014/CD53-R2-p.pdf>.
8. Organização Pan-Americana da Saúde. Plano de ação sobre saúde em todas as políticas: Relatório final [Internet]. 58º Conselho Diretor da OPAS, 72ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas; 28 a 29 de setembro de 2020; Washington, DC. Washington, DC: OPAS; 2020 (Documento CD58/INF/3) [consultado em 25 de janeiro de 2022]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/documentos/cd58inf3-plano-acao-sobre-saude-em-todas-politicas-relatorio-final>.

9. Nações Unidas. Nueva Agenda Urbana [Internet]. Nova York: ONU; 2016 [consultado em 25 de janeiro de 2022]. Disponível em: <https://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Spanish.pdf>.
10. Organização Mundial da Saúde. Shanghai Declaration on promoting health in the 2030 Agenda for Sustainable Development [Internet]. 9ª Conferência Mundial sobre Promoção da Saúde; 21 a 24 de novembro de 2016; Xangai: OMS; 2016 [consultado em 25 de janeiro de 2022]. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/WHO-NMH-PND-17.5>.
11. Organização Mundial da Saúde. Shanghai Consensus on Healthy Cities 2016 [Internet]. Genebra: OMS [consultado em 25 de janeiro de 2022]. Disponível em: <https://www.who.int/es/news/item/21-11-2016-9th-global-conference-on-health-promotion-global-leaders-agree-to-promote-health-in-order-to-achieve-sustainable-development-goals>.
12. Organização Pan-Americana da Saúde. Estratégia e plano de ação para a promoção da saúde no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2019–2030 [Internet]. 57º Conselho Diretor da OPAS, 71ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas; 30 de setembro a 4 de outubro de 2019; Washington, DC. Washington, DC: OPAS; 2019 (Documento CD57/10) [consultado em 1º de novembro de 2021]. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/51618/CD57-10-p.pdf>.
13. Organização Pan-Americana da Saúde. Orientações para a aplicação de medidas de saúde pública não farmacológicas a grupos populacionais em situação de vulnerabilidade no contexto da COVID-19 [Internet]. 2020 [consultado em 25 de janeiro de 2022]. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/53194/OPASIMSFPLCOVID-19200021_por.pdf.
14. Nações Unidas. Policy brief: COVID-19 in an Urban World [Internet]. Julho de 2020 [consultado em 25 de janeiro de 2022]. Disponível em: https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/sg_policy_brief_covid_urban_world_july_2020.pdf.
15. Organização Pan-Americana da Saúde. Marco de trabajo para el control de la tuberculosis en grandes ciudades de Latinoamérica y el Caribe [Internet]. Washington, DC. Washington, DC: OPAS; 2016 [consultado em 25 de janeiro de 2022]. Disponível em: <https://www.paho.org/hq/dmdocuments/2016/2016-cha-marco-trabajo-tb-grandes-ciudades.pdf>.
16. Organização Mundial da Saúde. Promoting Urban Governance for Health and Wellbeing Mayors' meeting. 2021. Disponível em: https://cdn.who.int/media/docs/default-source/documents/social-determinants-of-health/flyer-mayors-meeting_draft.pdf.

17. Rede de Saúde Urbana para a América Latina e o Caribe. SALURBAL. Disponível em: <https://drexel.edu/lac/salurbal/overview/>.
18. Organização Pan-Americana da Saúde. Relatório da avaliação de fim do biênio do Programa e Orçamento da OPAS 2018-2019/Relatório final da implementação do Plano Estratégico da OPAS 2014-2019 [Internet]. 58º Conselho Diretor da OPAS, 72ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas; 28 a 29 de setembro de 2020; sessão virtual. Washington, DC: OPAS; 2020 (Documento CD58/5, Add. I) [consultado em 25 de janeiro de 2022]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/documentos/cd585-add-i-relatorio-da-avaliacao-fim-do-bienio-do-programa-e-orcamento-da-opas-2018>.
19. Organização Pan-Americana da Saúde. Web-based review of National Development Plans of Member States. Washington, DC. OPAS; 2018 [consultado em 25 de janeiro de 2022]. Disponível em: https://www.paho.org/hq/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=44930&Itemid=270&lang=en.
20. Organização Pan-Americana da Saúde. Estratégia para o acesso universal à saúde e a cobertura universal de saúde [Internet]. 53º Conselho Diretor. 29 de setembro a 3 de outubro de 2014; Washington, DC. Washington, DC: OPAS; 2014 (Documento CD53/5, Rev. 2) [consultado em 25 de janeiro de 2022]. Disponível em: <https://www.paho.org/hq/dmdocuments/2014/CD53-5-p.pdf>.
21. Organização Pan-Americana da Saúde. Ampliación del acceso equitativo a los servicios de salud. Recomendaciones para la transformación de los sistemas de salud hacia la salud universal [Internet]. Washington, DC. Washington, DC: OPAS; 2022 [consultado em 14 de fevereiro de 2022]. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/55657/9789275324264_spa.pdf.
22. ONU-Habitat e Organização Mundial da Saúde. Integrating health in urban and territorial planning: A sourcebook [Internet]. Genebra: ONU-Habitat e OMS; 2020. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240003170>.
23. Organização Mundial da Saúde. Healthy Cities Effective Approach to a Changing World [Internet]. Genebra: OMS; 2020. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240004825>.
24. Organização Pan-Americana da Saúde. Good road safety practices in the Americas: action-oriented data and stories [Internet]. Washington, DC: OPAS; 2019. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/51353/PAHONMH19013_eng.pdf.
25. Organização Pan-Americana da Saúde. HIAP - Health in All Policies, from the Global to the Local [Internet]. Washington, DC: OPAS; 2016. Disponível em: <https://www.paho.org/en/documents/hiap-health-all-policies-global-local>.

26. Organização Mundial da Saúde. Strengthening Preparedness for COVID-19 in Cities and Urban Settings: Interim Guidance for Local Authorities [Internet]. Genebra: OMS; 2020. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/strengthening-preparedness-for-covid-19-in-cities-and-urban-settings>.
27. Organização Pan-Americana da Saúde. Recomendações para prevenir a transmissão da COVID-19 em feiras livres e mercados [Internet]. Washington, DC: OPAS; 2021. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/55633>.
28. Organização Pan-Americana da Saúde. Saúde em todas as políticas urbanas: Lições das cidades latino-americanas [Internet]. Washington (DC): OPAS; 2019. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/documents/health-all-urban-policies-lessons-latin-american-cities>.
29. Declaración de Santiago de Chile. Pre-Foro de Alcaldes de las Américas, “Camino a Shanghai 2016”. Santiago, Chile; 2016 [consultado em 7 de janeiro de 2022].
30. Paipa Declaration. Third Meeting of Mayors of Healthy Municipalities of the Region of the Americas. Paipa, Colômbia; novembro de 2019 [consultado em 7 de janeiro de 2022].
31. Habitat III: The United Nations Conference on Housing and Sustainable Urban Development. National reports [Internet]. Outubro de 2016. Disponível em: <http://habitat3.org/the-new-urban-agenda/documents/national-reports/>.
32. Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres UNDRR-UNOSSC-PAHO Joint Online Training. Making Cities Resilient: Developing and implementing local disaster risk reduction strategy to respond to COVID-19 and to better prepare for the future [Internet]. Treinamento on-line; 2020. Disponível em: <https://www.undrr.org/event/undrr-geti-unossc-paho-joint-online-training-making-cities-resilient-developing-and>.
33. Líneas Orientadoras para Municipios, Ciudades y Comunidades Saludables (MCCS) en la Región de las Américas. CEPEDOC. 2018. Disponível em: <https://www.cidadessaudaveis.org.br/cepedoc/wp-content/uploads/2019/06/Lineamientos-Orientadores-Municipios-Ciudades-y-Comunidades-Saludables-MCCS.pdf>.
34. Solar O, Frenz P. Lessons from Chile’s use of system-level theory of change to implement a policy redesign process to address health inequities. *New Directions for Evaluation* [Internet]. 2017 Jun; 2017(154):101-113. Epub 2017 June 13. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/ev.20246>.

- - -